

29 de maio

Parar os locais de trabalho para barrar o ataque aos direitos da classe trabalhadora

Em luta contra o PL da Terceirização dos patrões e as MPs do governo Dilma que atacam o seguro-desemprego, o auxílio doença e as pensões



Foto: Robson B. Sampaio

Companheiros e Companheiras,

Não é a primeira vez que um governo tenta acabar com os direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora.

Se a luta dos nossos avós e pais garantiu o que temos hoje, cada geração tem os seus desafios, o nosso agora é impedir esses ataques e evitar que nossos filhos sejam obrigados a trabalhar em condições e salários piores do que temos hoje.

Tudo o que o governo diz que quer economizar com os cortes no seguro desemprego, abono salarial, pensões por morte, redução dos investimentos em saúde, moradia, educação é para pagar centenas de bilhões de reais aos banqueiros e multinacionais detentoras de títulos da dívida pública.

Toda vez que o Banco Central aumenta a taxa de juros engorda mais os cofres de banqueiros e empresários. O déficit do governo foi provocado pelos 180 bilhões de reais de desoneração em impostos dos últimos anos.

Estes bilhões já ficaram nas mãos dessas empresas e foram usados para demitir e reestruturar os locais de tra-

balho aumentando a exploração sobre os trabalhadores. E ainda não estão satisfeitos: os patrões e seu Estado querem que nós, trabalhadores, paguemos duplamente essa conta.

Mais do que um direito, temos obrigação de dizer não, neste dia 29. Em todo o país, nossa classe estará realizando protestos e paralisações e aqui em nossa região não será diferente.

Neste dia, mais do que um recado aos governos e patrões, de que não aceitaremos pagar pela crise que eles criaram, é a preparação para a necessária greve geral que barre esses ataques.

**Ataque aos direitos.
É isso que significa as MPs do governo Dilma aprovadas na Câmara dos Deputados**

Mexeu na MP 665, mas manteve o ataque aos direitos: a proposta inicial do governo para o seguro-desemprego acaba com a garantia de acesso a esse direito a partir de 6 meses de trabalho, ampliando o período para 18 meses.

E agora o que foi votado pela Câmara dos deputados amplia o período

de 6 para 12 meses.

A mesma coisa na MP 664 que trata sobre o auxílio-doença e as pensões: no auxílio doença se mantém o afastamento de 15 dias para entrar com o pedido de afastamento pelo INSS, como é hoje e não os 30 dias como o governo queria.

Mas mantiveram o ataque aos trabalhadores: pois a MP aprovada pela Câmara mantém a liberação das perícias privadas. Isso significa que o mesmo serviço médico que nos locais de trabalho se recusa a registrar os acidentes e doenças provocadas pelo trabalho e o afastamento para tratamento de saúde, poderá ser contratado para realizar perícias médicas.

Na pensão por morte aprovaram a proposta do governo em exigir comprovação de no mínimo 2 anos de união estável e a comprovação de contribuição à Previdência de 1 ano e 6 meses. Além disso, acaba com a pensão vitalícia para quem tinha esse direito, impondo a idade do/a companheiro/a de quem faleceu para determinar o tempo de pagamento da pensão. Por exemplo, se a companheira ou companheiro de quem faleceu tiver entre 21 e 26 anos de idade, receberá apenas 6 anos de pensão.

PL 4330/04 significa liberar geral o aumento dos acidentes, doenças e mortes nos locais de trabalho e a redução dos salários e direitos

O Projeto de Lei 4330/04 que trata sobre a terceirização foi aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 22 de abril e agora segue para o Senado. O projeto dos patrões tem por objetivo:

-Terceirizar tudo: da produção de manteiga à carros, do trabalho no comércio às fábricas e no serviço público. Serão milhares de trabalhadores, trabalhando juntos recebendo cada qual um salário pior que o outro.

-Menos direitos e mais acidentes: hoje quem trabalha numa empresa terceirizada tem menos direitos, e estão expostos a situações de maior risco que provocam doenças, acidentes e mortes.

-Salários menores e menos direitos: os trabalhadores nas empresas terceirizadas recebem salários menores para fazerem as mesmas funções de quem está na empresa contratante.

Governos e patrões querem acabar com nossos direitos

Vamos resistir! Todos à luta por nenhum direito a menos, avançar nas conquistas!

Os ataques aos nossos direitos não vêm só do pacote de maldades do governo Dilma e do Projeto de Lei que libera geral as terceirizações, aprovado na Câmara dos Deputados e que agora foi para o Senado.

Aproveitando o clima de incerteza dos investimentos da Petrobras, atolada

em denúncias de corrupção, empresas que tinham a Petrobras como principal cliente e que lucraram muito nos últimos anos, agora, querem cortar benefícios e demitem alegando não ter como pagar as verbas rescisórias. Outras empresas como a Rodofort, aproveitando da queda de vendas de caminhões aprovei-

ta para demitir e entrar com pedido de recuperação judicial para parcelar verbas rescisórias.

Se os ataques são grandes, grande também tem sido a luta para resistir a eles, como mostram as inúmeras greves em nossa região.

Porém, para enfrentar os ataques

que vêm do governo não dá para ser só com lutas por fábricas. É por isso que nosso Sindicato, junto com a Intersindical e centrais sindicais está convocando o dia 29 como Dia Nacional de Paralisação, como preparação para a necessária greve geral que derrote esses projetos do governo e dos patrões.



Anhanguera: No dia 11, os cerca de 100 trabalhadores entraram em greve pelo pagamento dos salários e dos vales transporte e alimentação, atrasados desde abril. Eles também reivindicam depósitos do FGTS e o pagamento das férias.



Asvotec: A empresa, que tem como principal cliente a Petrobras, demitiu 27 trabalhadores e já anunciou novas demissões. Em protesto, os trabalhadores paralisaram a produção por 24 horas no dia 14, e depois entraram em greve por tempo indeterminado.



Polimec: Após a demissão de 7 trabalhadores, a empresa disse que não vai pagar as verbas rescisórias, e vai cortar a refeição e o convênio médico. No dia 21, os cerca de 40 companheiros entraram em greve por tempo indeterminado.



CAF: Depois de cruzar os braços e paralisar a produção por 4 horas, os trabalhadores conquistaram aumento de 12,5% na PLR em relação ao ano passado. A proposta inicial da empresa era de pagar o mesmo valor de 2014.





Audax, Ciadox e Prest-Usi: Em janeiro a empresa anunciou demissões e no mês seguinte parou de pagar os salários dos trabalhadores, que chegaram a ficar 90 dias sem receber. Os trabalhadores fizeram uma greve de 60 dias; houve várias reuniões de conciliação, inclusive no Ministério Público do Trabalho, e a greve terminou quando os trabalhadores aceitaram o acordo.



Rodofort: A greve iniciada em março e que durou 35 dias contra a demissão de 100 companheiros, o parcelamento das verbas rescisórias, alteração no PCS, PLR e no convênio médico, se encerrou neste mês com estabilidade de 70 dias para os que ficaram. Aos demitidos ficou garantido o pagamento das verbas rescisórias, e mais três meses de cestas básicas.



Gevisa: Depois do anúncio da demissão de 182 trabalhadores, os companheiros iniciaram uma greve que durou 9 dias e que foi encerrada com a conquista da extensão dos benefícios aos demitidos: 9 meses de vale cesta, 8 meses de convênio médico, R\$ 4.500,00 de PLR e mais 4 salários nominais, além da estabilidade de 100 dias aos que retornaram ao trabalho.



KSPG: Para piorar a situação dos trabalhadores que já vivem o caos na saúde, a empresa quis mudar o convênio médico, aumentando o custo dos dependentes e dos exames, e reduzindo os atendimentos de emergência. O Sindicato conversou com a KSPG, mas a empresa se mostrou irredutível. Os trabalhadores, já descontentes com várias mudanças internas, decidiram entrar em greve.

Ações judiciais garantem reintegrações

Neste mês mais três companheiros que haviam sido demitidos arbitrariamente pelas empresas voltaram aos postos de trabalho

Valeo

Teve de reintegrar, com garantia de estabilidade até a aposentadoria e pagamento de indenização, um companheiro vítima de acidente de trabalho que foi demitido após retornar de cirurgia.

Mahle

Reintegrou um companheiro que tinha quase 40 anos de fábrica e que foi demitido no período de carência da Cipa.

Martinrea

Reintegrou um companheiro que havia participado de um processo eleitoral de Cipa que foi cancelado. A empresa o demitiu tentando afastá-lo do novo pleito. Sua participação no novo processo eleitoral também foi garantida.





Os governos atacam direitos e tentam impedir a luta dos trabalhadores, mas não conseguem

Um dos exemplos mais escancarados disso é o que fez o governo do estado do Paraná, o governador Beto Richa do PSDB lançou um pacote que ataca a Previdência e direitos básicos dos servidores públicos do estado. E para proteger seus deputados e garantir que seu pacote fosse aprovado na Assembleia Legislativa, mandou seu braço armado, a Polícia Militar atacar professores, servidores que em greve lutam por seus direitos.

Foram centenas de trabalhadores feridos através das bombas e balas vindas da repressão do governo que



tinha por objetivo acabar com a greve dos professores, mas não conseguiu.

Como no Paraná em vários outros estados como São Paulo, Pernambuco, Paraíba, Bahia, Santa Catarina os servidores realizaram paralisações e greves continuam.

É a luta contra o arrocho nos salários e os pacotes dos governos que para tentar tapar o rombo nas contas públicas provocado por sua política que tem por objetivo atender os patrões.

JUNTOS E FIRMES, SEGUIMOS NA LUTA DO CONJUNTO DA CLASSE TRABALHADORA

Devolução do Imposto Sindical

O Imposto Sindical, criado pelo governo, equivale a um dia de trabalho e é descontado de todos os trabalhadores no mês de março. Deste total, 60% vêm para o Sindicato e são devolvidos aos associados, 20% vão para a Federação e Confederações, e os 20% restantes são divididos entre o Ministério do Trabalho e centrais sindicais. Como todos os anos, estamos devolvendo aos associados a parte do Imposto Sindical que vem para o Sindicato.

Datas da Devolução do Imposto Sindical

• Sede Central Campinas

De 8 a 20/6 de segunda a sexta, das 9h às 18h, e aos sábados das 9h às 12h

• Valinhos

Dia 22/6 das 9h30 às 18h

• Hortolândia

Dia 23/6 das 9h30 às 18h

• Sumaré

Dia 24/6 das 9h30 às 18h

• Nova Odessa

Dia 25/6 das 9h30 às 18h

• Indaiatuba

Dia 26/6 das 9h30 às 18h

• Americana

Dia 27/6 das 9h30 às 12h

ATENÇÃO - Caso o trabalhador não possa comparecer, a devolução poderá ser feita a familiares e amigos, desde que seja apresentada a carteirinha do associado e o holerite de março, mês em que foi efetuado o desconto.

Empresas que vão creditar o valor do Imposto Sindical, devolvido pelo Sindicato, na conta bancária ou no holerite do trabalhador:

- AB Sistemas
- Agritech
- Alux do Brasil
- Ametek
- Amphenol
- Arneg
- Associated Spring
- Asvotec
- Bercosul
- Bicycletas Monark
- CAF do Brasil
- Carthoms
- Casco do Brasil
- Cellcom
- Dell Computadores
- Eccos Indústria
- Eccos Tecno
- FHI do Brasil (Foxconn)
- GKN Sinter
- Hewitt
- Ind e Com de Evaporadores Refrio
- Indamatic
- Innara
- Kennametal
- Kion South
- Lemasa
- Magneti Marelli
- Mecalex do Brasil
- Metaldyne Compon
- Metalúrgica DDL
- Metalúrgica Fuji
- PST Eletrônica
- Samsung
- Sanmina Sci
- Sata Do Brasil
- Schneider Electric
- Singer
- Soufer Industrial
- Tornomatic
- Tuberfil
- Valbormida
- Valeo
- Villares
- Wabco

Importante! Até o fechamento desta edição, estas empresas confirmaram creditar o Imposto Sindical. Acompanhe nos próximos boletins ou através do nosso site, www.metalcampinas.org.br, o restante delas.

CLUBE DE CAMPO



As piscinas estarão fechadas entre os dias **10 de junho e 2 de setembro**

SINDICALIZE-SE

